Até que enfim?



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da ABAG e professor de economia rural da UNESP.*

No último dia 4 de maio, em solenidade realizada no Agrishow, em Ribeirão Preto, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, fez um pronunciamento a favor do agribusiness brasileiro, apoiando o setor de máquinas agrícolas através do Modernfrota, fator de modernização da mecanização rural.

O presidente elevou a auto-estima dos agricultores do país, dizendo que nosso produtor rural não pode ser chamado de caloteiro por uma inadimplência de apenas 1% no Modernfrota. E afirmou, enfático, que "caloteiros são os governos que não têm pulso para garantir aos agricultores as condições para eles pagarem suas dívidas".

Na verdade, com tal afirmação o presidente redimiu seu próprio governo que, diante do desastre de 1995 – quando as dívidas indexadas pela TR foram às nuvens, enquanto os preços agrícolas caíam, desequilibrando o balanço dos agricultores –, não cumpriu a lei de preços mínimos, deixando de comprar produtos agrícolas que foram comercializados abaixo deles. Foi, efetivamente, um calote dado aos produtores rurais, tachados no entanto de caloteiros por setores do governo FHC.

Até que enfim, portanto, as coisas foram colocadas nos devidos termos pela autoridade máxima do país. Bom para nosso ego. E para o bolso?

Nesse capítulo, precisamos de mais ação e menos discurso. Ainda não temos uma política de renda para o campo. E para isso é indispensável a existência de um seguro rural digno desse nome. É preciso privatizar o IRB, condição fundamental para a entrada no ramo de seguradoras e resseguradoras estrangeiras interessadas. No entanto, essa privatização está encalhada, não há meios de deslanchar.

Nos Estados Unidos, o governo chega a pagar até 85% do prêmio do seguro, além de garantir preços mínimos que, em alguns casos, superam fartamente os de mercado – exemplo nítido é a soja no ano passado e neste ano.

Sem seguro, como pensar em política de renda? Desde outubro de 1998, quando o Fórum Nacional de Agricultura foi concluído e as propostas finais foram entregues ao presidente, o seguro rural está prometido.

Que dizer então de um programa de renda mínima para o pequeno produtor, indispensável para mantê-lo na atividade? Vai bem a idéia no meio urbano, defendida pelo senador Suplicy; mas no campo, nada.

A luta do ministro Pratini de Moraes é intensa e visível, mas não parece ser uma prioridade do governo como um todo.

A securitização das dívidas dos agricultores e o Pesa foram excelentes instrumentos adotados pelo governo para compensar a tragédia da renda em 1995 e 1996. Oxigenaram o campo e permitiram a continuidade do trabalho nas fazendas.

Mas neste ano vencem parcelas que muitos produtores – especialmente no Sul e na fronteira agrícola – não terão condições de honrar, exatamente pela inexistência de política de renda.

O discurso do presidente em Ribeirão Preto mostra que o governo deve criar condições para resolver de vez este passivo apavorante. Talvez uma solução definitiva fosse um Refis para a agricultura, um Refinagro, que acoplasse as parcelas das dívidas ao resultado líquido da atividade rural.